

UMA ACORDADA de cinco horas ocorreu ontem à noite...

Estatuto da Imprensa

ENCERRADA em seu estudo preliminar o novo Estatuto...

Greve, lock-out e lei sindical

OS REPRESENTANTES da Federação de Sindicatos de Coimbra...

M. E. S. protesta contra detenção de Saldanha Sanchez

APRESENTE as protestos divulgados por meio eletrônico...

P. P. D. recorda Humberto Delgado

RELEMBRO a liberdade sempre a ser dada e conquistada em...

Suazis em Lisboa

ENCERRADA em Lisboa o encontro preliminar para a...

Spínola no Benfica-Sporting

O GENERAL António de Spínola, ex-geral-adjunto e chefe...



Spínola e outros homens em Lisboa.

Advertisement for 'O que foi a revolta da Moedade' and 'Deserto do exército: 13 anos escondido'.

Das conversações de Londres depende a continuação dos socialistas no Governo

FALSO O que se tem vindo a dizer...

Jorge Jardim na embaixada do Malawi em Lisboa

OS ENCONTROS de Jorge Jardim...

O encontro de Lusaka: "Abrir de portas para o diálogo"

NO DIA 25 DE JUNHO de 1976...

OS ENCONTROS de Jorge Jardim...

Saldanha Sanchez: o primeiro activista de esquerda preso pelo novo regime

«BRANCO e preto branco»...

«Dissidência com armas»...

de se mostrar sempre solidário...

«Colômbia brasileira»...

«Povoado de um novo estado»...

Spínola no Benfica-Sporting

O GENERAL António de Spínola...

Advertisement for Memomatic Omega watch.

Negociações em Londres: adiamento

FOI ADIADO de cerca de uma semana para o próximo dia 13, o retanamento das negociações de Londres, com o PAIGC.

O comunicado do Conselho de Ministros, presidido pelo General António de Spínola, em Belem, é muito laconico, apenas explicando que o Ministro dos Negocios Estrangeiros, expôs ao Conselho o que se passara em Lusaka. O comunicado conjunto, divulgado pelo Ministerio da Comunicação Social, confirma que não é possivel cessar-fogo em Moçambique sem previo acordo politico geral.

O Dr. Mário Soares depois de na sua chegada a Lisboa ter frisado bem o ambiente de Lusaka, esteve em Belem, de que saiu pelas 16 h e 15 m para regressar ao fim da tarde ao Conselho de Ministros.

Ontem, ao vespere, partiu para Bissau de dois barcos de Se. cívicos, que, quando o PAIGC, iriam reforçar o controlo, as forças militares portuguesas.

Estatuto da Imprensa

ENCONTRA-SE em estudo avançado o novo Estatuto de Imprensa que poderá ser examinado em próximo Conselho de Ministros. Segundo fontes bem informadas, ele virá dar execução desenvolvida ao Programa do MFA, no tocante a Comissão "ad hoc" a criar.

Entretanto, é considerada muito provável a nomeação do Major Sanches Osório para Director-Geral da Informação.

Greve, lock-out e lei sindical

OS ASSISTENTES da Faculdade de Direito de Coimbra, drs. Vital Moreira, Joaquim Gomes e Jorge Leite, fazem parte da comissão constituída para elaborar os projectos da nova lei sindical e dos diplomas que regularão o direito a greve e ao lock-out, os quais deverão ficar concluidos durante as proximas semanas. O dr. Vital Moreira, que até recente data esteve no Grã-Bretanha como boiteiro, é assistente do prof. Rodrigues Queiroz, tendo leccionado as cadeiras de Direito Corporativo, Direito Administrativo e Direito Internacional Público. Joaquim Gomes é assistente do prof. Rogério Erhardt Soares e lecciona Direito Constitucional. Por sua vez, o dr. Jorge Leite é assistente dos profs. Orlando de Carvalho e Moia Pinto, tendo a seu cargo a disciplina de Teoria Geral do Direito.

M. E. S. protesta contra detenção de Saldanha Sanches

—APESAR das profundas divergências politicas existentes com o MRPP, o Movimento da Esquerda Socialista (MES) distribuiu ontem a noite um comunicado no qual protesta contra as condições em que foi efectuada e está a ser detido de Saldanha Sanches, dirigente da organização maquista. Nesse documento, o MES solicita, para a extrema gravidade deste acto repressivo, sua apreensão pelo precedente que ele possa abrir. O Movimento exige das autoridades responsáveis a sua imediata libertação e esclarecimento do assunto.

P. P. D. recorda Humberto Delgado

PELO PPD foi distribuido ontem a noite um comunicado no qual se recorda que a data do 8 de Junho marca a passagem de 16 anos sobre as eleições presidenciais, último acto politico legal em que pode intervir o General Humberto Delgado.

O General Humberto Delgado — refere o comunicado — requiriu aires de si as forças democraticas portuguesas numa tentativa impressionante para a instauração da democracia em Portugal.

Suazis em Lisboa

ENCONTRAM-SE em Lisboa e foram recebidos, a convite da República, dirigentes politicos da Suazila, que temiam vindo apresentar os seus pontos de vista sobre o futuro politico de Moçambique.

Spínola no Benfica-Sporting

O GENERAL António de Spínola, aceitou ontem o convite da Direcção da Federação Portuguesa de Futebol para assistir a final da Taça de Portugal, entre o Benfica e o Sporting, a realizar-se amanhã no Estádio do Jamor.

Saldanha Sanches:

o primeiro activista de esquerda preso pelo novo regime

«ABAIXO a nova PIDE» e «Liberdade para Saldanha Sanches» bradaram ontem algumas dezenas de simpatizantes do MRPP enquanto, ao fim da tarde, desfilavam da Praça do Castelo à Praça do Arceiro, onde se iriam juntar a uma manifestação promovida pela FRELIMO. Tais slogans constituíam uma referência óbvia à detenção do director do semanário «Luta Popu-

lar», ocorrida na madrugada de anteontem, conforme já foi notado publicamente.

Outra reacção a esta primeira prisão de um activista de esquerda, determinado pelo novo regime, consistiu numa concentração de simpatizantes do MRPP junto ao quartel de «Lanceiros 2», onde Saldanha Sanches estivera recuado antes de ser transferido para a prisão do Forte da Graça, em Elvas. Durante este acto de rua gerou-se viva polémica entre manifestantes e graduados do Exército, da qual alguns excertos foram lançados para o ar por uma estação de rádio comercial.

«Deserção com armas»

Segundo conseguimos apurar, José Luis Saldanha Sanches foi detido, eram duas horas da madrugada, quando se preparava para entrar na sua residência. A voz de prisão foi-lhe dada por dois policiais à paisana, prováveis elementos da PSP, os quais lhe exibiram um documento subscrito pelo Comando-Geral da aquela corporação, pelo Comando da Polícia Militar, e, ainda, pela J.S.N.

Presenciou a detenção, a estudante de direito Maria José Morgado, ex-co-arguida de Saldanha Sanches num processo ainda recentemente instruído pela PIDE/DGS, e que o acompanhava na altura.

Durante a tarde, a residência do detido havia estado cercada por viaturas da P. M. e da P.S.P. Saldanha Sanches entrou e saiu por diversas vezes da sua residência sem, no entanto, que o tivessem interpelado os policiais que o ocupavam.

Uma vez detido, o director da «Luta Popular» foi transferido para a esquadra de Alcântara. Aí lhe terão dado, sobre os motivos da sua detenção, uma explicação que ele próprio telefonicamente transmitira à família. Tratava-se de obter dele, Saldanha Sanches, esclarecimentos sobre o sentido de certas palavras de ordem constantes do comunicado da RPAC (Resistência Popular Anticolonial, organismo de «Unidade Revolucionária de Soldados e Marinheiros») que o segundo número legal do órgão do MRPP reproduzira e onde se incitaram à deserção sem armas e com armas elementos da F. A. mobilizados para África.

Da esquadra da PSP de Alcântara, Saldanha Sanches viria, ainda de madrugada, a ser transferido para o quartel de Lanceiros 2, e onde novamente contactou a família pelo telefone, informando-a de que as autoridades se preparavam para o remover para o Forte de Elvas e, por esse motivo, solicitando-lhe roupas, livros e artigos de higiene. Quando, porém, os seus familiares se deslocaram àquela unidade militar, eram 10 e 30 horas de ontem, já o detido havia partido para a prisão onde se encontra agora.

Medida anti-operária

Segundo Maria José Morgado, companheira habitual de Saldanha Sanches e simpatizante do MRPP, por alegada filiação no qual fora processada pela PIDE/DGS, só não chegou a comparecer no Plenário devido à amnistia recentemente decretada—segundo Maria José Morgado esta prisão «visou sobretudo atingir o MRPP e o «Luta Popular» e está integrada num conjunto de medidas repressivas contra os marxistas-leninistas-maoístas».

—«É uma medida da oligarquia burguesa no poder contra a classe operária e a sua vanguarda organizada», concluiu a estudante.

Entretanto, o comunicado onde o Serviço de Informação Pública das Forças Armadas isentou o país desta controversa iniciativa oficial, após declarar Saldanha Sanches «sob custódia militar», assevera que ele «será ouvido com observância dos princípios relativos às garantias individuais e em conformidade com o programa do Movimento das F.A., sendo-lhe facultada a nomeação de advogado».

Esta última garantia parece ratificada pelos factos pois, de acordo com informação transmitida a seus familiares, Saldanha Sanches poderá receber hoje, a partir das 22 e 30 horas, visita do seu advogado constituído. Ignora-se porém se este, que é o dr. José Maria Martins Soares, regressará a tempo de Londres, onde afazeres profissionais o mantêm desde há alguns dias, para que o primeiro ser político de esquerda no novo regime português beneficie, já, do direito que no comunicado se lhe garante.

Pesado currículo prisional de Saldanha Sanches

Continuação da pág. 1

JOSE LUIS Saldanha Sanchez conta 29 anos, e um activismo politico com pesado currículo prisional, pois, ao longo dos últimos 10 anos, já perdeu mais de oito de cativero, tendo sido por quatro vezes detido pela PIDE/DGS.

A sua primeira prisão remonta a Julho de 1964, sendo consequente a agressão que alegadamente praticara sobre um agente desfilado da PSP que pretendia detê-lo quando ele procederia a um espalhamento de panfletos. O agente dominou-o alevando-o a tiro. Ferido por duas balas e ainda por coronhadas, Saldanha Sanches foi então internado na Prisão-Hospital de S. João de Deus, em Caxias, de onde seguiu, para interrogatórios, para a sede da PIDE. Sem declarações prestadas, veio a aguardar, na Cadeia de Caxias, cerca de um ano, pelo julgamento num Juízo Correccional cujo magistrado o condenou a cinco meses de prisão.

A segunda prisão de Saldanha Sanches registou-se em finais de 1965. Julgado no Plenário da Boa Hora e tendo por este sido dada como provada a acusação de que desenvolvia actividade politica, na clandestinidade, foi condenado a 3 anos de prisão maior e medidas de segurança. Cumpriu 6 anos, saindo em 18 de Dezembro de 1971 sem prestar, porque a isso se recusou, o compromisso que então habitualmente condicionava a libertação dos presos politicos. Constitui, aliás, esta a primeira ocasião em que tal recusa foi oposta a referida instância do DGS.

As restantes duas detenções de Saldanha Sanches pela policia politica do antigo regime ocorreram

ambas em 1973. Da primeira, capturado por elementos da tropa móvel da PSP, que o espancaram e apancharam durante uma manifestação estudantil no Conde Redondo veio a permanecer dois meses em Cadeia de Caxias. Da segunda, ocorrida em Novembro, resultou a sua incriminação em dois processos, um apanchado em Tribunal Comarcão, consequentemente à sua attitude de se recusar a identificar-se na sede da DGS e, outro, a seguir para o Tribunal Plenario, onde deveria responder pelo desempenho de cargos de direcção no MRPP.

O 25 de Abril encontrou-o a aguardar esse julgamento em Caxias.

É de destacar que o despacho de pronuncia então elaborado pela PIDE/DGS contra o detuzado activista sublinhava a «larga experiencia politica» do mesmo e a contumacia de propositos que o seu currículo subentendia, alem de pôr em evidencia o «opôr de iniciativa do réu» e a sua «dedicacão à causa da organizacao que serve».

Saldanha Sanches, que aproximadamente desde há dois anos pertence ao quadro redaccional da revista «O Tempo e o Modo», tendo tambem colaborado para o nosso jornal, foi ainda, algumas vezes, obyeccionado, enquanto estudante, de medidas repressivas do fascismo, com suspensões e espiques (uma delas por 4 anos da Faculdade de Direito de Lisboa, onde ainda agora estava inscrito, frequentando o 3.º ano).

Imediata libertação

A manifestação de ommem, embora primordialmente tendente ao

apoio das posições independentistas defendidas pela FRELIMO, não deixou de servir a expressão da solidariedade da extrema-esquerda para com o director do «Luta Popular». Terminada no Rosário, com um comício, conduziu efusivamente ao sancionamento, por aclamação das centenas de participantes, de duas moções, uma delas de reconhecimento da FRELIMO como «única legítima representação do povo moçambicano» e repúdio de todos os outros partidos locais e do colonialismo, neo-colonialismo e imperialismo: a outra, referente a Saldanha Sanches, de exigência da sua imediata libertação.

Entretanto, sabe-se ter o MRPP já marcada duas iniciativas ligadas ao problema, as quais consistem num comício a anunciar-se as 18 horas de hoje no Rosário e numa reunião, as 21 horas, em Alverca do Ribatejo.

Também outros agrupamentos, como o F.R.P., o núcleo promotor da União Popular dos Trabalhadores da Informação tomou posição perante a medida repressiva do Governo, emitindo um comunicado onde a mesma é integrada na «campanha levada a cabo por revisionistas, social-democratas e liberais contra a Imprensa Livre e Popular» e atribuindo-a ao pavor da coligação burguesa hoje no poder face ao actual ascenso das lutas do Povo Português pelos objectivos da Revolução Democrática e Popular». Com estes, entre outros, considerandos, o documento termina pela exigência da imediata libertação de Saldanha Sanches.



José Lus Saldanha Sanches

X

Do Movimento das Forças Armadas ao Spinolismo

TEM-SE FALADO já muito do mito de compatibilização política entre o Movimento das Forças Armadas, a Junta e o Governo Provisório. Desde há duas semanas a sua parte, cumprindo falar antes da empatabilidade entre o MFA, o Governo Provisório e o General António de Spínola.

Conveniente por examinar como é que os legisladores constitucionais conceberam as relações entre os vários órgãos da soberania, para depois termos em nós se tem traduzido o seu verdadeiro poder político.

O Movimento das Forças Armadas, fez o princípio. E o princípio era a iniciativa, mas também o espírito.

Máquina montada durante meses, com uma base de milhares nos escalões intermédios (capitães, major, sobretudo) de orientação centro-esquerda e adesão "spinolista", ao círculo a sua Comissão Política de Co-ordenação levou mais à esquerda, podendo, talvez, dizer-se que no seu todo se inclinava para uma opção socialista clara.

A acção do Movimento foi essencial antes e durante o 25 de Abril bem como no espaço de tempo que se lhe seguiu até à institucionalização constitucional.

Foi seu, em largo medida, o controle da vida nacional durante seis semanas, em que a Comissão Política orientou, mais do que a Junta, largos sectores públicos e privados onde se suscitaram ondas emendativas e de saneamento.

Simplemente, e a história que conta que a criação e entrada em funcionamento de instituições quais quer (que elas sejam) num regime tende a seguir sempre um movimento transiçório que flutua a respeito relativamente ao autor.

Assim aconteceu em pouco ao MFA: novo esquema constitucional foram concedidos aos seus representantes sete lugares no Conselho de Estado, mas sem entrar e sem. Por outro lado, se é certo que em 5. Junho continua a funcionar a Comissão Política, tem sido patente o apagar da sua luz dominante na vida política portuguesa.

Uma dúvida parece ocorrer: como reagirão os homens do MFA a um afastamento gradual do exercício do poder político? Ironicamente, eles saberão que a sua estrutura e até os seus objectivos fundamentais (vidé programa do MFA) exigiram uma notória tutela sua sobre outros órgãos da soberania. Na prática, poderá bem suceder que se venham a resgatar a uma transiência de alta parte do seu poder para um dos homens fortes da Junta, mais exactamente o homem forte "militar" — o General Costa Gomes, — desde o início, sempre parecerá ser o estraçalha fundamental da situação militar.

E se esta alternativa vingasse, arrimamos que cada passo importante de Spínola requereria o "aval" político-militar de Costa Gomes.

A Junta aparecerá, então, já não como o órgão com competência institucional, sobrelevando o Governo Provisório e coordenando as Forças Armadas, mas como uma ponte de transmissão de comandos a este pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, através dos Chefes de Estado das várias armas, em consonância com a linha do Presidente da República.

E poderia a Junta reorganizar institucionalmente as F. A. de modo a garantir a sua permanente actual ao novo regime, sem interferência do Governo Provisório será além da eventual inter-

necessária votação de diplomas iguais sobre a matéria.

Os dois membros da Junta não ocupados em funções de chefia militar têm cooperado directamente com o General Spínola na intervenção em alguns sectores da vida civil.

A palinódia do General Galvão de Melo constitui precedente que não é de repetição isolável.

Um governo complexo

O Governo Provisório Civil é um órgão, por natureza complexo. Por um lado, a extensão dos seus poderes e a limitação executiva pelo Conselho de Estado. Por outro lado, a sua natureza solidária (como a qualquer governo) e a sua feição colegialista. Tudo o que transforma num elemento crucial do actual conjuntura política.

Que o Governo tem uma longa gama de competências — e sabido como é sabida a necessidade — em muitos casos — de deliberações suas sobre problemas prementes à espera de resolução.

Contudo, as suas deliberações sobre os temas verdadeiramente "quentes" carecem de sanção do Conselho de Estado para poderem ser promulgadas pelo Presidente da República.

Até mesmo tempo, existe um programa de governo que vincula os seus membros, mas cada qual será sensível à pressão política da sua organização política (sovereino) ou ajuntado, como os secretários-gerais dos Partidos.

Ora, há temas que pela sua gravidade exigem o consenso do Conselho de Ministros, e resta saber por quanto tempo e após para o tomar.

Apontaremos dois tópicos essenciais: a política económica e a política ultramarina (para usarmos o qualificativo consagrado no Programa do Movimento das Forças Armadas e na Lei Constitucional).

Quanto à primeira, não seria estranho que certos pontos fossem o acento principal da vida económica, notros ainda em meio.

Em todo, as posições são negativas. No concreto, as simples

leis de, há uma semana e meia, se ter tornado vazias e inoperância de medidas governamentais, não superadas pelo prazo de 30 dias por alguns sectores, e um ritmo de 200 empregados por dia, foi o suficiente para o Ministro Vieira de Almeida ter pedido a demissão do seu cargo, a que se juntou a do Primeiro-Ministro, Palma Carlos.

Alis, uma e outra foram retiradas após Conselho de Ministros presidido pelo General Spínola, de Almeida, depois do qual se intensificou a pacificação dos três partidos do Poder (PCP, PSP e PPD) relativamente à linha governativa.

Quanto à política ultramarina, ela desdobra-se em duas facetas: as negociações em Londres e Li e a situação nos territórios, brevidade em Angola e Moçambique.

Tudo acompanhado o que se tem verificado. Mário Soares e Almeida Santos estiveram em Londres com Almeida Bruno — homens da confiança de Spínola — a tentar atingir uma plataforma de entendimento com o PAIGC que não envolvesse o reconhecimento da República da Guiné-Bissau.

Mário Soares regressa a Lisboa. Tem lugar escabrosas de trabalho com o General Spínola e com Francisco Sá Carneiro, e volta com mais dois oficiais. A primeira fase das negociações encerra-se sem que, na aparência tenha sido possível o acordo político base do cessar-fogo. Quanto a Lusaka parece demasiado cedo para apontar perspectivas. Mas, a exigência de independência imediata foi clara por parte da FRELIMO.

Almeida Santos, depois de uma visita curta a Angola e Moçambique traz normas positivas para Governadores Gerais. Deixam saem os dois indicados definitivamente com o acordo de Spínola. Um deles, Silvério Marques, sabia-se que era há já um mês, avertedo pelo próprio Spínola para o efeito.

Entretanto, Almeida Santos antes de trabalhar com Silvério Marques e Soares de Melo, trabalha com Francisco Sá Carneiro. A evolução, próxima do entendimento em Londres e Lusaka é essencial dentro da unidade governativa.

Simultaneamente, se é certo que um grupo de empresários ao ser recebido por uma alta entidade não membro do governo recebe "garantias" quanto a uma posição intransigente favorável a um referendun, também o não é menos que a consultação de abastecidos militares para o apressar do cessar-fogo é uma constante na Guiné e em Moçambique.



O General António de Spínola: numa semana o "Spínolismo"



O General Costa Gomes: o peso do M. F. A.

Que conselho de Estado?

O Conselho de Estado, órgão relevante da presente orgânica governativa, conheceu os seus membros designados pelo Presidente da República (7), após várias diligências e contactos preparatórios.

Pode dizer-se que este terá sido o primeiro sinal do "Spínolismo" — os nomes escolhidos respeitam a amigos pessoais do Chefe de Estado, ou a personalidades notoriamente escolhidas de acordo com a vontade exclusiva do General Spínola. Houve, é certo, a preocupação de dotar o elenco com a introdução dos Prof. Henrique de Barros, Rui Luís Gomes e a Prof. dr.ª Isabel Magalhães Colaço, para contrabalançar a feição francamente "direitista" de Azeredo Pereira, e do dr. Diogo Freitas do Amaral, figura de direita marcellista.

O papel que o Conselho de Estado virá a desempenhar na apreciação de diplomas tão fundamentais como a lei eleitoral ou novas bases reguladoras da orgânica do Governo nos territórios ultramarinos está por definir. Ele poderá ser um moderador da linha governativa. Mas, tudo dependerá da divisão de votos. Partindo do princípio da solidariedade de princípio dos membros da Junta com o Chefe de Estado, e de que com ele tenderão a votar 4 dos sete membros de sua designação (os dois oficiais militares e os nomes acima referidos), contra esse peso não valerão os eventuais sete votos do Movimento com os três das individualidades de esquerda nomeadas.



O professor Palma Carlos: chefe de um governo transitório



Francisco Sá Carneiro: peça-chave na vida política portuguesa

Claro que esta matemática poderá flutuar, mas ela esteve, decerto presente no pensamento do Chefe de Estado.

Uma ausência significativa foi denunciada por vários órgãos de imprensa. Trata-se do prof. Veiga Simão, amigo pessoal do General Spínola, assíduo visitante do Palácio de Belém e leader do partido da direita reacçãoária que se encontra ainda em formação. O prof. Veiga Simão não faz parte do Conselho de Estado, mas nem por isso a sua presença constante junto do General Spínola e do Ministro da Educação e Cultura, de que também é amigo pessoal, deixa de ser insinuada.

Numa semana — o "spínolismo"

Não se pode dizer que fosse uma surpresa. Mas, observada a conjuntura política imediatamente posterior ao 25 de Abril, houve quem profetizasse que o chefe de Estado não viria dar livet como à sua personalidade carismática e degaulliana. Quem assim pensou enganou-se. As pessoas são como são e quando têm a melhor oportunidade de poderem revelar a sua propensão política, não perdoam. Muito menos quando são Presidentes da República.

No espaço de pouco mais de uma semana, o General António de Spínola visitou sucessivamente as regiões militares do Porto, de Coimbra, de Tomar e de Évora. É o carácter de visita, especificamente militar, foi tanto mais evidente quanto o Presidente evitou quaisquer cerimónias civis, salvo quatro discursos políticos, cujo teor foi subindo até ao de Évora.

No discurso do Porto, o General Spínola fez um apelo à adesão do Povo, em unidade com as Forças Armadas. No de Coimbra acentuou a sua preocupação perante as tentativas de utilizar a liberdade para a sua própria destruição. O discurso de Tomar repouso, com mas pormenores, o mesmo perigo, com inequívocos apelos pessoais ao apoio do povo português.

Finalmente, o discurso de Évora é de todos o mais linear: nele aparecem claramente definidos os conceitos de ligação directa entre o Presidente da República e o povo, de interdição da suprema Chefia das Forças Armadas, emendadas como o povo em armas, com uma missão de defesa contra forças anti-liberais. Também existe expressa alusão a orientações políticas que o General Spínola qualificou de ditatoriais, no sentido de serem substituídas uma ditadura por outra. Para terminar, o Presidente da República refere-se às ameaças de que eventualmente, tem sido alvo, no intuito de suscitar uma corrente de simpatia popular no sentido de apoio à sua permanência na chefia do Estado.

Especialmente interessante é a sua concepção da soberania popular una e indivisível, de que é fiel mandatário, e que se não pode dividir pelas várias organizações partidárias. Esta concepção faz-nos lembrar o seguinte passo das "Mémoires d'espoir" de Charles De Gaulle. "Ora, se eu estava convencido que a soberania pertence ao povo, quando ele se exprime directamente e no seu conjunto, eu não admitia que ela pudesse dividir-se entre os interesses diferentes representados pelos partidos. Certamente, esses deviam, na minha opinião, con-



Maria Soares: negociações difíceis em duas frentes



Vieira de Almeida: força política acrescida



Azeredo Perdigão: depois do Salazarismo e do Marcelismo, conselheiro de Estado



O General Galvão de Melo: um discurso premeditado

tribuir para a expressão das correntes, e, em seguida, para a eleição dos deputados que, no seno das Assembleias deliberariam e votariam as leis. Mas, para que o Estado seja, como é necessário, instrumento da unidade francesa, do interesse superior do País, da continuidade na acção nacional, eu considerava necessário que o Governo procedesse, não do Parlamento, ou dito de outra forma dos partidos, mas, por cima dele, de uma cabeça directamente mandatada pela nação para querer, decidir e agir. Sem o que, a multiplicidade das tendências que nos é própria, em razão do nosso individualismo, da nossa diversidade, dos frimentos de divites que nos deixaram as nossas infelicidades, reduzira o Estado a ser, uma vez mais, apenas uma coisa para a confrontação de ideologias inconcisas, de rivalidades fragmentárias de simulacros de acção interna e externa sem duração nem envergadura. Tendo verificado que a vitória não tinha podido ser contestada para a Nação sendo à custa de uma autoridade que ultrapassasse todas as suas divergências, e medindo a dimensão dos problemas que o presente e o futuro lhe colocavam, eu via que a minha grande questão consistiria, a partir daí, em doar a França de uma República capaz de responder ao seu destino".

Quem comparar atentamente a prova das memórias do General De Gaulle no período imediatamente posterior à subida ao poder com algumas ideias expostas por Spínola — não tem dúvida alguma, começou o "aprolismo".

E, qual vai ser o destino dessa orientação personalizadora do poder político? Já o General apoiou-se numa força de direita? Não parece provável, atendendo aos condicionamentos da mudança de regime. Não parece mesmo provável que procure para já definir uma força alinhada de apoio político ostensivo. Antes tentará assegurar-se do controlo militar, para o que é essencial o suporte de Costa Gomes. Depois, — e este depois pode vir amanhã ou nas próximas semanas — tentará recriar o governo Provisório, acentuando o seu peso sobre ele. Em último momento, virá a jogada eleitoral. Nessa altura, o

General terá de patrocinar uma força política, que quererá que seja uma força de unidade ampla à sombra do seu prestígio pessoal.

Resta saber como reagem a este processo os partidos cujos representantes vierem a sair do Governo, ou que sintam que a personalização do poder lhes é desfavorável. Ou seja, por exemplo, o Partido Comunista ou o Partido Socialista, se a linha de orientação do General entrar em colisão com posições que registam

de fundamentais. Para já contudo, trata-se apenas de mera hipótese. Já no que respeita à "extrema esquerda", a prova de Salazar Sanchez é reveladora dos limites dentro dos quais as Forças Armadas e ou o Governo entendem que se deve situar a acção política.

No fundo, a resposta a esta e a muitas outras questões que vão rodear o nascimento do spínolismo em Portugal reduzem-se ao seguinte: o 25 de Abril foi um

Golpe de Estado Militar ou uma Revolução Social? Os militares que o fizeram queriam uma renovação do regime sem ruptura do sistema ou pretendiam a substituição deste? As forças populares que apoiaram as Forças Armadas têm poder para obrigar a uma solução política que estas garantam ou pretendam ver triunfar?

Passado um mês sobre o período da euforia, é chegada a altura de análises políticas cuidadosas muito atentamente o jogo de forças em

Portugal. Cabe-lhes saber até que ponto a personalização do poder dentro da República o peso da Junta, a operacionalidade do Governo, a moderação do Conselho de Estado — todos estes mecanismos são viáveis, separadamente e em conjunto, no contexto de uma sociedade com grave crise económica e tensões sociais. E para tanto, a semana em que se vai entrar pode bem acontecer que venha a ser definitiva na evolução política do regime político que ainda só tem um mês e meio.

Que lei da imprensa?

NAQUELA manhã de 25 de Abril, quando no Terreiro do Paço a Escola Prática de Cavalaria de Santarém, acabara de tomar posições, respondeu a dois jornalistas do EXPRESSO que pretendiam informar-se dos acontecimentos e para tanto solicitavam autorização de ultrapassar o cordão militar e circular à vontade, um jovem tenente, cujo nome não ficou registado: «Se estamos a fazer isto para que vocês possam escrever livremente, para que finalmente haja liberdade de expressão, não éramos nós, agora, neste preciso momento, que iam os impedir de ver tudo. Vejam e escrevam, que nada temos a esconder, nem devemos esconder.»

Efectivamente foi esse um dia marcante na vida dos jornalistas portugueses, a grande maioria dos quais nunca havia escrito em clima de liberdade.

E quando os mesmos militares mencionaram os nomes de Spínola e Costa Gomes, foi para nós uma garantia, nós que desde o nascimento do jornal, sempre lutámos pela abolição total e completa da censura cujos rigores sofríamos como nenhum outro, nós que acompanhámos o pensamento do que foi governador da Guiné, através das suas declarações públicas e particulares. Ainda antes do nosso aparecimento, precisamente há cerca de dois anos, havia o general António de Spínola concedido uma entrevista ao semanário «Vida Mundial» em que defendia a existência no nosso país, de partidos políticos e da liberdade de expressão do pensamento. Nesta altura, muito ao estilo inglês.

Essa entrevista nunca viu a luz do dia, porque interveio, pessoalmente, o professor Marcello Caetano, na sua qualidade de primeiro-ministro.

O Programa do Movimento das Forças Armadas veio confirmar as palavras do jovem tenente: abolição da censura e exame prévio.

Nuvens nos horizontes

Mas nuvens já se acastelam nos horizontes, quer devido a intervenções específicas em casos concretos, quer devido a fórmulas que começam a publicar-se em letra de jornais e que albergam, em si mesmas, um perigo eminente, se pensarmos na tendência natural que existe dentro de cada um de nós, para ouvirmos só aquilo que nos convém.

Essas nuvens vêm sobretudo do ministério da Comunicação Social e do titular provisório da mesma pasta, o que foi jornalista, durante largos anos, e até batalhador republicano incansável, o dr. Raúl Rego, e agora militante nas fileiras do Partido Socialista.

Já afirmou o dr. Raúl Rego que continua em vigor a Lei da Imprensa.

Há dias, porém, em entrevista a um jornal espanhol, dizia o ministro da Comunicação Social que a censura em Portugal havia sido abolida, devendo ser restringida apenas aos casos que «englobem segredos de estado em geral».

É aqui que as nuvens se adensam ainda mais, dado o tal perigo das fórmulas vagas e, além disso, como se anuncia uma lei da Imprensa, é de temer seriamente que a liberdade possa vir a ser abafada. Referimo-nos à liberdade de Imprensa e não à liberdade que um senhor, por mais respeito que nos mereça, entende que é aquela que nos deve conceder. Essa será a sua liberdade, a sua maneira especial de ver o mundo, mas nunca a liberdade de imprensa compatível com um país a viver em regime pluralista.

Fórmulas duvidosas

O que são segredos de Estado em sentido geral? Se quisermos dar um salto até aos Estados Unidos podemos perguntar: o caso Watergate pode ser pensado em termos de segredo de Estado? Seria possível, em Portugal, fazer semelhante investigação sem tremer o ministério da Comunicação Social? Até onde vai o segredo de Estado e até onde é que o Estado pode ter segredos? Até onde e que o jornalista é livre de investigar para informar o público, público que, para se pronunciar, precisa e tem direito de estar ao corrente do que se passa, mesmo daquilo que os responsáveis consideram segredo? Quem define o que é segredo? Não será prematuro, por exemplo, que um governo provisório, legisle sobre a imprensa com carácter definitivo?

Temos exemplo de povos que, há muito, vivem em liberdade de imprensa e que por ela têm respeito mais que religioso e podem para nós servir de óptimo termo de comparação, para não embarcarmos em aventuras que nos levem a censuras ou exames prévios mais ou menos camuflados, sob fórmulas aparentemente inocuas e de evidência aparentemente clara. Temos o exemplo dos Estados Unidos da América, da Itália, da França, etc. O mal de qualquer censura é sempre pior que os dissabores provocados pela liberdade de expressão, que não é cômoda muito especialmente para quem governa, mas absolutamente necessária para que os governados o sejam como povo de cidadãos com direito a participarem na vida política. Para participarem conscientemente precisam de saber o que se passa, conhecer os homens e as situações.

Segredos militares

Um outro caso é o dos segredos militares que envolvem questões de segurança nacional. Vamos bater no mesmo. As fórmulas são demasiado vagas e só uma extensa casuística pode lançar luz sobre a natureza da fórmula: «segredos militares».

Constituem segredo as operações militares e a actuação da tropa durante essas operações? Se um jornalista, por hipótese, tivesse acompanhado a coluna militar que praticou os massacres de Wiriamu, no distrito de Tete, poderia sobre eles escrever sem a obrigação de sujeitar a crónica a exame prévio? Se não pode sobre eles escrever livremente está a dar-se uma cobertura à tropa que vai até esconder os próprios desmandos. E se um jornalista, de acordo com as suas convicções políticas incita os soldados à deserção? Se numa sociedade pluralista há liberdade política para o incitamento à deserção, não se vê o motivo para que tal incitamento não possa ser noticiado. Por outro lado se tal incitamento não é lícito e temos de convir que de acordo com várias opções há pessoas que nele se empenham em boa consciência, os detentores do poder têm de definir os limites do pluralismo. Do seu pluralismo.

Há por aí a tendência muito espalhada para confundir liberdade de imprensa com desmandos, quando são coisas totalmente diferentes. A imprensa, relatando-os (não os praticando) funciona como corrector normal enquanto os aponta à consideração pública.

Fala-se muito, por aí fora, em proibição dos movimentos de extrema esquerda, chegando o leque do pluralismo permitido unicamente até ao comunismo do partido. Mas quando esse leque entra no campo do permitido pela autoridade abafa-se um sector da vontade popular em nome da máquina organizada a partir de cima. E quando um jornal relata o que acontece no seio desses movimentos, mais não faz que cumprir o seu dever de dar contas aos leitores daquilo que se passa no seu mundo. Para que estes possam escolher, se quiserem.

Somos daqueles que tememos uma lei da Imprensa, até porque somos daqueles que entendemos que não é necessária uma lei da Imprensa. Deixem-nos com a lei comum. Julguem-nos nos tribunais comuns, com penas agravadas, se for o caso. Reconhecemos perfeitamente, por exemplo, que o crime de difamação cometido num jornal se reveste, de uma circunstância agravante que requer pena a propósito. Mais nada.

O papel do Estado na Economia

António Martins

OS ACONTECIMENTOS dos últimos tempos trouxeram prioridades que nos impediram de publicar o presente artigo do eng. António Martins há mais tempo.

Não querendo, no entanto, deixar de dar voz a todas as vozes, aqui fica, pois, esta sua proposta à apreciação dos nossos leitores.

AS CONDIÇÕES económicas em que o Governo Provisório recebe o país creio imporem uma tomada de posição a muito curto prazo sobre alguns pontos chave.

É indispensável reanimar todo o circuito económico, criando as condições para o Estado passar a ter a posição que lhe compete, não só de árbitro mas, sobretudo de animador e promotor dos sectores chave e, por outro lado, dado o programa base apresentado, assegurar a confiança para os empresários privados continuarem a investir.

O surto inflacionista que todo o mundo está a atravessar, com carácter particularmente acentuado em Portugal, com taxas de inflação muito elevadas como as verificadas nos últimos meses, precisa de ser combatido com medidas imediatas e eficazes. E uma delas é certamente o aumento de capacidade produtiva que, em multíssimos casos, não é suficiente para o consumo.

A indispensabilidade de criação

de emprego convenientemente remunerado não só para absorver os excedentes de mão-de-obra resultantes da conversão dos sectores tradicionais, quer agrícolas, quer industriais, mas sobretudo para permitir o regresso de parte dos portugueses que fora de fronteiras ganham a vida, acrescida da obrigação de dar ocupação digna a todos os soldados que esperamos dentro em pouco não seja necessário continuarem a lutar em África, é por outro lado, objectivo primordial a tentar atingir.

As boas condições financeiras existentes, especialmente em institutos de crédito estatais ou para-estatais podem dar a tudo isso um suporte que até agora não foi plenamente aproveitado.

Como fazer?

Mas, como fazer?

Deixar apenas ao sector privado o encargo das iniciativas ou tomar

o Estado a seu cargo parte importante como moçor de actividade económica?

A situação em que se encontra actualmente a economia portuguesa não creio que permita encarar seriamente a primeira hipótese: a debilidade dessa actividade em muitos sectores chave, e os resultados de uma política desse tipo estão demasiadamente à vista para ser possível perder-se mais tempo em soluções ultrapassadas e de resultados pouco animadores. Parece-me indispensável o Estado passar a desempenhar a função que lhe deve competir em todas as economias modernas de povos que pretendem acima de tudo melhorar do nível e da qualidade de vida da maioria da população — função que tem de traduzir-se na orientação e no efectivo controlo dos sectores chave da economia.

Continuar a deixar que empresários privados tomem iniciativas que só são esquisites com financiamentos directos de institutos de crédito do estado ou para-estatais, ou com o aval do Estado, parece-nos solução deficiente e que a maioria da população certamente se recusará a aceitar.

A solução que vimos defendendo e que nos parece chegada o momento de executar, é a criação de entidade pública com meios humanos e materiais para lançar esses novos empreendimentos.

O lançamento de um INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO do tipo IRI — ISTITUTO PER LA RICOSTRUZIONE INDUSTRIALE, de Itália, parece-nos não só indispensável como oportuno nos próximos meses próximos meses.

A partir da transformação da Inspeção-Geral das Participações do Estado, organismo recentemente criado mas que não nos parece ter um mínimo de condições base para desempenhar a função que pensamos dever cumprir numa entidade autónoma, e que efectivamente passe a gerir as actuais participações estatais nas diversas actividades económicas, poderia ser facilmente dado um primeiro passo importante.

Seria, pelo menos, a base para se criarem as condições para a existência de quadros preparados, de verdadeiros gestores, que defendessem como profissionais as participações da comunidade na vida económica.

Por outro lado, não creio que se possa manter as actuais disparidades salariais que levam a, só por excepção, os mais capazes não preferirem o sector privado da economia. Espero firmemente que seja agora possível dar corpo a uma verdadeira profissionalização a tempo integral da função pública.

Com isso creio bem que, a curto prazo, se verificariam melhoras de eficiência do sector público com benefícios consequenciais em todas as actividades portuguesas.

Não será a altura de simultaneamente passarmos a dispôr em Portugal de profissionais de gestão da coisa pública? Porque não tentá-lo? Os atractivos que boa parte da juventude de hoje vê na função pública são pontos que creio merece a pena ser aproveitados.

Um Holding do Estado

Com este ponto de apoio — a criação de um forte grupo de Estado — quanto mais fácil não seria canalizar para sectores produtivos as remessas dos emigrantes que, com tanta dificuldade ganham, vão na maior parte das vezes apenas contribuir para o aumento do custo da propriedade, ou para vagas aventuras bolsistas, como aconteceu no último ano?

A falta de equipamentos portugueses para boa parte das novas indústrias, a quase inexistência do fabrico de máquinas-ferramentas, as múltiplas carências de meios de transporte colectivo, tudo isso aponta para a imediata criação de novas unidades de produção no sector metalomecânico.

O défice habitacional, a indisponibilidade de melhoria dos equipamentos colectivos, lembram a necessidade de reestruturar parte do sector da construção civil.

Porque não aproveitar para o lançamento de iniciativas válidas nestes sectores a criação de um holding do Estado?

Certamente que uma entidade desse tipo com uma acção coordenada pela política de investimentos adoptada para o país, e com controle contínuo pelos órgãos de decisão política eleitos pelo povo, é solução a estudar, detalhar e executar.

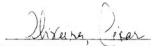
Com a nova vida democrática que, com tanta esperança, vemos nascendo em Portugal, a possibilidade de participação dos trabalhadores na gestão—dessa entidade é hipótese que deve ser assegurada.

Um mundo de possibilidades abre a economia portuguesa: existe boa parte do mercado, necessidade de criação imediata de emprego, disponibilidade de meios financeiros; faltam iniciativa e projectos economicamente viáveis.

Solução possível e de concretização imediata: a criação de um Instituto de Reconstrução Industrial em Portugal.

Em artigo anterior publicado no "Expresso" com o título "Da actuação do Estado aos investimentos estrangeiros", desenvolveram-se algumas ideias gerais sobre o mesmo tema. Hoje procurou-se dar mais uma acção no sentido de uma possível concretização.

Parece-nos que urge ultrapassar rapidamente o debate de ideias gerais em que creio seja fácil estabelecer um acordo de princípios para se entrar no campo da razão, e mais facilmente possam cuidar a clarificar as opiniões, diversos sectores de opinião.



Luta de classes prática política e organização

César Oliveira

"Vale mais um erro cometido pelas massas revolucionárias que o melhor programa elaborado pelo melhor Comitê Central."

ROSA LUXEMBURG

1. QUANDO se afirma, que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores ou que "os sindicatos deverão ser a expressão de uma total independência dos partidos e grupos políticos" não quer dizer com isso que se defende a inexistência de uma forte organização das classes trabalhadoras.

A movimentação colectiva e organização dos trabalhadores tem hoje uma história que ultrapassa um século. Neste longo período da marcha dos trabalhadores para a sua emancipação total uma série de experiências, extremamente ricas, vieram preencher o património colectivo dos trabalhadores de todo o mundo e, embora algumas dessas experiências tenham conduzido a fracasso e a enormes frustrações colectivas, não é menos verdade que têm ficado, bem assinalados, os marcos nos caminhos que levarão à vitória final e total dos trabalhadores.

Esta série de três artigos permite apenas problematizar algumas questões para discutir colectivamente num momento historicamente importante da vida do povo.

O processo de desenvolvimento capitalista

2. Pensar que a teoria organizativa da movimentação colectiva e revolucionária do proletariado é alguma coisa que possa considerar-se como definitivamente construída é esquecer aspectos muito importantes do próprio processo do desenvolvimento histórico do capitalismo.

3. Queremos desde já deixar bem claro que efectivamente consideramos que sem organização, sem teoria revolucionária e sem uma teoria organizativa que corresponda adequadamente à expressão histórica que a luta de classes vai assumindo não será possível às classes trabalhadoras autonomizarem a sua luta das forças políticas burguesas e caminharem decididamente para a sua completa emancipação.

No entanto há que ter em conta, como Marx notava, que próprio capitalismo se modifica em cada etapa do seu processo de desenvolvimento modificando-se também as formas pelas quais exerce o seu domínio sobre as classes trabalhadoras. Isto é, as modificações que o capital introduz sucessivamente nas suas culturais e políticas arrastam a modificação contínua do conjunto das relações sociais capitalistas.

Deste modo as contradições entre o capitalismo e as classes trabalhadoras têm assumido, desde o liberalismo económico até aos nossos dias, expressões muito diversas que, no fundamental, têm a ver com os seguintes aspectos:

- necessidade de contínua transformação e desenvolvimento do capital
- necessidade de transformação das superestruturas políticas, sociais e culturais de modo a dar resposta diferenciada à expressão que, a luta de classes assume em vários planos e níveis.
- capacidade das classes trabalhadoras de lutar em vários domínios e com várias armas de

modo a "impressar" nas condições concretas da sua existência o peso da sua força social.

Nenhuma formação social (feudalismo, capitalismo) pode desaparecer sem que se tenham esgotado todas as possibilidades da sua sobrevivência como formação social.

Ora esta possibilidade de sobrevivência depende, entre outros factores, da própria resposta que as classes trabalhadoras possam dar no processo de superação histórica as contradições engendradas pelo capitalismo.

Sempre novas soluções

4. Ao longo deste período de mais de um século a luta das classes trabalhadoras jamais se realizou de um modo linear. E se bem soubermos entender a história do movimento operário bem poderemos verificar que a história da luta das classes trabalhadoras produziu sempre novas soluções, teóricas e organizativas, face às próprias modificações materializadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Assim a 1.ª Internacional ao deixar de corresponder aos interesses da luta do proletariado soube criar "partidos políticos operários para cada nação" no Congresso que em 1872 realizou em Haia, na Holanda.

No entanto logo que o reformismo, o legalismo e o parlamentarismo se arriaram por completo as perspectivas e a prática política dos partidos sociais democratas, as próprias contradições entre histérios do proletariado e a teoria e a prática da social-democracia foram capaz de criar quase por si só novas alternativas revolucionárias ao reformismo socialista: bolcheviques, sindicalismo revolucionário, anarco-comunismo, etc.

Am iniciar-se a primeira Guerra Mundial e perante o total acorramento da social-democracia europeia aos interesses da burguesia imperialista e belicista e perante o fracasso do sindicalismo revolucionário francês, logo uma parte muito significativa do proletariado organizado criou também para as novas condições da luta de classes, uma resposta revolucionária em Zimmerwald.

Por outro lado há que verificar na história do movimento operário que para responder a situações de impasse ou conformismo houve sempre a criatividade revolucionária das massas trabalhadoras ou de grupos minoritários totalmente identificados com elas a perceberem e a organizar, em termos revolucionários, os apertados e explorados (Seretas na Rússia em 1917, retirada do Kowmung e a Longa Marcha na China contra as ordens da 3.ª Internacional, Movimento 20 de Julho em Cuba, etc.).

Há que reparar também — e para o caso português isto é particularmente significativo — que as soluções de alternativa revolucionária correspondem sempre à caracterização e especificidade que o processo de desenvolvimento do capitalismo e a evolução concreta da luta de classes assumiu em cada sociedade capitalista, em cada país.

Efectivamente não há um modo de produção capitalista puro e o capitalismo, como processo que se desenvolve a partir de estruturas económicas e sociais muito concretas, específicas e desiguais de país para país, tem todo um conjunto de relações sociais capitalistas que engendra, para cada sociedade, expressões e conjunturas socio-políticas também concretas, específicas e desiguais.

Se a luta de classes é uma luta mundial no quadro da última fase do capitalismo — o imperialismo —, não é menos verdade que os aspectos que ela toma em cada país e em cada zona geográfica determinam diversas perspectivas políticas e obrigam as classes trabalhadoras a criarem formas organizativas capazes de responderem de um modo revolucionário a cada fase do processo de dominação global de que são vítimas.

O mesmo se passa no plano da teoria revolucionária, também aqui as condições históricas de cada país são muito determinantes; como exemplos basta atentar na crítica a Bernstein e ao revisionismo alemão que desde a primeira década do nosso século foi realizada por Rosa Luxemburg (a "água do marxismo" como lhe chamava Lenin); nos três fabulosos e magníficos escritos que tanto contribuíram para o triunfo do proletariado na Revolução Russa as "Cartas de Longe", as "Teses de Abril" e "O Estado e a Revolução" de Lenin; na experiência e no Programa da Liga Spartacus em Alemanha em 1918/1920; nos comunistas holandeses Gorter e Pauzeck e na extraordinária capacidade de percepção política do grande marxista e revolucionário italiano Antonio Gramsci (arrematado por muitos na prancheta da História), etc.

E não deixa também de ser curioso verificar que grande parte da teoria e da prática revolucionária e organizativa que veio a revelar-se correcta e adequada como resposta às condições concretas em que decorria a luta de classes partiu, na generalidade dos casos, de grupos e posições minoritárias: Pois Lenin não foi colocado, logo a seguir a Fevereiro de 1917, em minoria no Partido Bolchevique? E não foram apenas as vozes de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht que iniciaram o processo que se veio à Liga Spartacus? E que outros foram os comunistas chineses que com Mao-Tsé-Tung abandonaram o Kowmung? E não foram apenas 12 cubanos que se uniram a Serra Maestra?

A condição essencial da revolução

5. O processo de desenvolvimento do capitalismo leva à formação de uma grande massa de trabalhadores (produtores) cuja existência, com a população explorada é um dado fundamental para a própria sobrevivência do capitalismo. De facto são os trabalhadores que produzem a sua-valor (trabalho não pago) que vai proporcionar a acumulação do capital necessário à existência e continua expansão do próprio sistema capitalista.

O processo de desenvolvimento capitalista conduz ao crescimento incessante do número de trabalhadores; isto é ao crescimento de uma classe que, não possuindo os meios de produção, é sistematicamente excluída dos poderes através dos quais o conjunto da sociedade é dirigida e controlada.

Esta exclusão, por ser total, abre um processo de contradições entre a massa de produtores e os "poderes" do capital o que implica que os trabalhadores sejam os agentes de transformação revolucionária do próprio capitalismo de modo a assegurarem um novo poder que corresponda à sua importância como força social maioritária.

A revolução, o novo poder dos trabalhadores explorados — o socialismo — depende portanto da capacidade de agir e de pensar colectivamente dos agentes históricos de transformação do próprio capitalismo — os trabalhadores, liderados pela classe operária, dado que esta é a que, nas sociedades industriais, mais encara a luta contra o capitalismo porque mais expoliada é a riqueza que produz.

Daqui se conclui que a existência de uma força social maioritária, no conjunto da população activa, determinada sociedade, é a condição essencial da transformação e da revolução social.

6. Mas uma força social maioritária pode existir em si, apenas numericamente dominante isto é sem ter uma consciência colectiva que permita o reconhecimento colectivo da sua própria força social, e consciência da sua exploração, a verificação da sua completa exclusão do aparelho do Estado capitalista e burguês e a compreensão da oposição social, cultural e ideológica a que está submetida.

Daí que as classes trabalhadoras sejam cada vez mais classes alienadas quanto maior for sua incapacidade de serem aquilo que historicamente realmente são: os agentes da transformação revolucionária do sistema capitalista; ou seja enquanto a sua consciência colectiva não é obrigada colectivamente, a reconhecerem-se a si próprios como força social revolucionária, as classes trabalhadoras terão sempre um comportamento político alienado, portanto diferente daquele que lhes é historicamente próprio.

Esta falta de consciência colectiva, esta ausência de consciência de classe faz com que as próprias classes trabalhadoras possam confundir seus interesses com os de outras classes sociais, sejam vítimas da dominação política, cultural e ideológica de forças políticas ao serviço da burguesia e do capitalismo.

Ora, as classes trabalhadoras poderão autonomizar-se de outras forças sociais e políticas quando deixarem de ser uma classe em si e passarem a ser uma classe para si, isto é quando possam definir, clara e diferenciadamente, os objectivos históricos, quando possam saber pensar colectivamente os seus interesses tácticos de modo a eles poderem ser um motor de transformação revolucionária do sistema capitalista. A passagem de uma classe para si envolve a "separação" dos interesses das classes trabalhadoras das outras classes sociais e exige um comportamento social colectivo que possa, em cada fase e aspecto da luta de classes, orientar a sua diferenciação e permitir novos estádios em ordem à sua completa emancipação.

Classe em si ou para si?

7. Duas condições, no entanto, são essenciais a esta necessidade histórica de consciência de classe: trabalhadores para ali a maturação de uma consciência de classe revolucionária e a organização (libre, sindical e política).

Só a consciência de classe permite ao proletariado o auto-reconhecimento da sua força como força social que não encontra na organização da produção, no aparelho de Estado, nos aparelhos culturais e ideológicos, o meio de se exercer colectivamente porque o próprio processo capitalista exige a sua exclusão.

Só a organização permite tornar ali a sua consciência de classe. Ora a organização depende da consciência de classe mas também de uma "inteligência revolucionária" que vá criando não apenas as condições para a generalização da consciência de classe colectiva e revolucionária mas também que permita as respostas de classe à evolução concreta das situações concretas em que se processa em cada sociedade capitalista, a luta de classes.

8. As classes trabalhadoras portuguesas são uma classe em si ou uma classe para si? Porque? Há uma organização autónoma das classes trabalhadoras portuguesas que permita a definição adequada dos objectivos a curto prazo e de objectivos finais, rapidamente diversos dos da burguesia?

Qual o papel em Portugal da "inteligência revolucionária"?
9. E a estas questões que tentaremos responder.

Das greves A actual situação

A SITUAÇÃO económica, social e política do País é profundamente grave, na medida em que o Capitalismo Português está em crise acentuada a luta de classes se agudiza cada vez mais, as contradições entre o capitalismo são progressivamente maiores, a paz nas colónias ainda está longe. Face a esta crise duas posições opostas têm vindo a ser adoptadas: A daqueles que em nome da unidade entre as massas populares e as Forças Armadas, agitando o espantallo do fascismo, procuram que esta crise se atenuem sem grandes sobressaltos, e a dos que considerando o País numa situação pré-revolucionária, agem na busca do agravamento dessa crise, fazendo a denúncia do carácter de classe da actual situação política e procurando os confrontos que permitam essa denúncia. O M. E. S. não considera correcta qualquer dessas duas posições.

A classe operária e outros sectores da população trabalhadora têm vindo a tomar progressiva consciência da exploração enorme a que o Capitalismo Português os tem submetido e face ao agravamento do custo de vida que nos últimos tempos se deu, procuram na luta a satisfação das suas reivindicações e a diminuição da sua exploração. Entretanto em nome da protecção à pequena e média empresa, e dos limites do próprio Produto Nacional Bruto, o Governo Provisório e os Partidos nele representados, procuram mostrar aos trabalhadores que têm de ser razoáveis, que não podem exigir muito, que a economia portuguesa não aguenta, etc.

— Assim decrescem o salário nacional de 3 000 000, que apesar de ser tão diminuto não abrange todos os portugueses — aos trabalhadores rurais, aos jovens e aos soldados não é reconhecido o direito a que mínimo salarial.

— A argumentação com que se pretende provar a impossibilidade de estabelecer um salário mínimo mais elevado e que abranja efectivamente todos os trabalhadores, apenas vem demonstrar que o Capitalismo Português não tem capacidade de satisfazer as necessidades mínimas dos que tudo produzem — os trabalhadores, os quais só têm possibilidade de ver as suas necessidades satisfeitas e os seus problemas efectivamente resolvidos num sistema socialista pelo qual há que lutar desde já.

Tentar convencer os trabalhadores portugueses de que os seus únicos inimigos são os "monopólios", de que os interesses da pequena e média burguesia possuidora e dos trabalhadores são idênticos, de que a ameaça de retorno ao fascismo é real e de que os "monopólios" serão os intermediários desse retorno, é perigoso, porque é uma conclusão resultante de interpretações erradas da situação actual e da sua provável evolução futura. Efectivamente, os trabalhadores portugueses são os primeiros a perceber ao seu dia a dia que são explorados por todos os patrões (grandes, médios e pequenos burgueses), que os seus interesses nada têm a ver com os interesses dos pequenos e médios empresários. Mas, o modo do regresso ao fascismo é um modo real, e tem vindo a ser aumentado pelas alianças que são feitas ao Chile, à Bolívia, ao Brasil ou à Grécia. É muito improvável no entanto, que o sector dominante da classe capitalista (o capital financeiro) esteja neste momento interessado em que se volte à situação anterior ao 25 de Abril; tal situação política, no

proceso de desenvolvimento do Capitalismo em Portugal também lhe não interessava e isso é visível pela facilidade com que o regime fascista caiu, pela falta de apoio que a esse regime sendo dada pelo capital financeiro e pela adesão rápida de alguns dos principais grupos económicos à nova situação criada após o 25 de Abril. A haver algumas ameaças fascistas será muito mais provável que sejam promovidas pelos sectores da burguesia em decadência (entre os quais alguns dos pequenos e médios industriais, proprietários e comerciantes), do que pelo capital financeiro.

Por outro lado, é fundamental que os trabalhadores compreendam que a ameaça do fortalecimento da reacção não vem da actividade dos grupos "esquerdistas" mas sim e fundamentalmente desses sectores da burguesia nacional em crise e do capitalismo internacional, nada interessado no surgir de um futuro em que os trabalhadores portugueses sejam quem controlem e dirija Portugal.

— Considera-se que as causas fundamentais das lutas desenvolvidas na última semana, tanto nos transportes como na panificação, são a exploração a que os trabalhadores destes sectores estão sujeitos e não manobras provocatórias e reacçãoárias.

— Admite-se que essas manobras tenham existido e iniciada-se os trabalhadores destes sectores ou de outros em que a greve tradicional seja manifestamente anti-popular, para que para além de isolarem os provocadores, procurem formas de luta que sejam fundamentalmente contra os patrões e não contra a população; deste modo, os trabalhadores da Carris devam ter feito greve à cobrança de bilhetes e os das passagens deviam ter produzido e distribuído o pão gratuitamente pelo povo.

— Chama-se a atenção da população para não colaborar nas interpretações que insistem em que "o perigo vem da esquerda" quando é certo que o perigo vem da burguesia e do capitalismo internacional.

— Considera-se correcta a palavra de ordem de unidades das massas populares com as Forças Armadas e assim, entendem-se como aventureiras e infantis todas as acções destinadas fundamentalmente a quebrar tal unidade e que apenas demonstram a falta de envolvimento nas causas trabalhadoras dos grupos que propõem tais acções.

— Entende-se esta palavra de ordem unidade das massas populares com as Forças Armadas numa perspectiva de evolução, vedando-se a mobilização, consciencialização e organização das massas populares e na consciencialização dos oficiais, sargentos e praças a tarefa fundamental do actual momento político, considerando-se perigosa e desmobilizadora essa aliança, se estiver parada e não permitir um avanço para novas e melhores formas.

— Incitam-se os trabalhadores mais conscientes nas cidades e nos campos, a mostrarem aos seus camaradas, que só num Partido Socialista, só numa sociedade inteiramente controlada e dirigida pelos trabalhadores, nos planos económico, político, social e cultural, os problemas do País poderão ser resolvidos, a emancipação dos trabalhadores será um facto e a verdadeira democracia realizada.

Uma posição ímpar

Os portugueses comemoram as negociações de Londres com o Governo Português e o PAIGC — facto político mais importante acontecido depois do 25 de Abril, não podem deixar de se sentir decepcionados e inquietos com a suspensão dessas negociações anunciada a 31 de Maio. É certo que as negociações não foram interrompidas e continuaram já depois de esta cronica ter sido publicada, e certo que Mário Soares parece conservar o optimismo que e um dia terá mais constantes do que o caracter se digão sem qualquer espécie de ironia, antes como homenagem, a uma incontestável fé de lutador, é certo que as declarações de Pedro Passos não permitem concluir que se tenha chegado a um impasse. Mas também é certo que o rumo que acabou comunicado final e demasiado vago e fraco e que, por demais tarde, se descorreu sem poder desprender do que foi tornado publico, o PAIGC acordou já num ponto crucial: o reconhecimento da diferença entre os casos da Guiné e de Cabo Verde, pensando que para o primeiro Portugal deve reconhecer imediatamente a existência da República da Guiné-Bissau (com personalidade jurídica internacional reconhecida por cerca de 80 países e com observador permanente na ONU), e admitido para o segundo a autodeterminação económica, livre consulta das populações. É uma base importante de acordo a que parece assinar nos dias de razoabilidade. Com ela parecem entrar de acordo os dois mais importantes partidos representados na Governação (P.D. e P.C.) como se desprende de posições tomadas publicamente e a ela aderiu, de forma inequívoca, o Ministro Pereira de Moura quando, no mesmo dia 31 de Maio, e certamente não por acaso, afirmou em Conselho da C.D.E. no Pavilhão dos Descobertos: "As negociações que estão a travar-se em Londres não são para o caso-longo na Guiné. O caso-longo já existe. As negociações visam o estabelecimento da paz e da unidade territorial. É evidente que isso significa independência, mas uma independência que não é a que há tantos anos luta pela sua libertação, porque que se autodeterminar".

Além da evidência apontada pelo Ministro, outra parece haver: a de que nunca o Estado da Guiné-Bissau aceitará submeter-se a prova do plebiscito. Seria um contrassenso e um risco inevitáveis. Se tanto se tem dito que "as pátrias não se discutem, defendem-se" há que reconhecer esse principio aplicável a outros que não a nós, e reconhecer que quem defende o Estado Livre da Guiné de armas na mão e durante tantos anos não pode aceitar que o direito assim adquirido seja posto em causa por um plebiscito. Acaso consentiram as Forças Armadas e o povo português num plebiscito que ratificasse o 25 de Abril? A comparação não parece descaída. Faz na Guiné ao povo ser independente. De outra forma estar-se-á a preparar a parte das Forças Armadas e do nosso povo. Estará essa independência em contradição com o principio de autodeterminação consagrado no programa do Movimento e do Governo Provisório? A questão assim posta encerra um sofisma, político como principio que é, só pode ser tomado em consideração com outro nestes termos igualmente afirmado: o reconhecimento de que a solução é política e não militar. Esse reconhecimento implica necessariamente que se tem que levar em consideração as realidades políticas (como a existência do Estado da Guiné-Bissau, ou como — e bem o compreendeu o Ministro Almeida Santos — o significado das manifestações do 1.º de Maio em Lisboa) e que as soluções militares têm de ser claramente rejeitadas. Ora pedir à Guiné que se autodetermine, hoje, só pode levar a mais ações armadas. Só quem acreditar ainda em soluções bélicas pode defender outra solução que não o imediato reconhecimento da independência. Apesar, como bem aponta Manuel Lucena num recente artigo no Expresso, esse reconhecimento "não resolve tudo. Ficam ainda por definir as fronteiras e os meios de acesso ao auto-governo, bem como as relações a estabelecer com a actual metrópole". E aí não poucos problemas subsistem.

Certo Manuel Lucena, Ora, dentre as várias posições tomadas publicamente depois do 25 de Abril, e mesmo antes, parece-me a que M.L. tem defendido e aproximado — neste caso — (pois que outros já tenha com de acendidas divergências) — numa pista que deve ser seguida com o maior interesse.

Já em tempos num destas crónicas me referi à sua entrevista com Mário Monteiro no livro "Portugal, Terceira Sétima" — editado por António e Abílio Machado — e a respeito de "Sujeito à Censura" e sobre um livro propalado — todos os rodeios eram conhecidos, desde então, entrevista. Tornava-se agora possível faz-lo, e portanto também os dois artigos que M.L. publicou nos últimos dias do mês de Maio — "Os casos da Guiné" e a primeira parte de "Liberdade e Paz".

É que há de mais importante na análise de M.L. é que ele tem sido dos poucos a considerar inseparáveis das questões de descolonização, liberalização e socialização, a questão da independência portuguesa no futuro, abordando pois a questão pouco popular, mas inadiável, do "socialismo nacional".

Fundamentalmente, M.L. tem-nos vindo a dizer o seguinte:

1) — Dizer independência imediata e descolonização total "é bonito", "não custa nada longe do poder", mas não pode passar à frente do resto, ou seja abrir — queira-se ou não — as portas ao neo-colonialismo, se não for acompanhado pela instauração de novas relações económicas e sociais. Depressa e bem se Portugal e os estados africanos não ficaram por capitalismo empuçado os democratas socializados.

2) — Consequentemente, a independência política dos territórios em guerra tem de ser articulada com "o progressivo estabelecimento de relações económicas igualitárias entre os novos Estados e a metrópole". É preciso rever, desde já, todo o pacto colonial e "modificar e adaptar as estruturas in loco, sobretudo as de Angola, Moçambique e Guiné". O que implica "estruturas ousadas e justas normas — em colaboração e concordância e com certos programas deles". (Eu tirava aqui "o tanto quanto possível", risco condicional e outras vezes adjectivo que me parece que M.L. corre vezes demais).

3) — Povo que isolados estão sempre presas fáceis de jogos imperialistas ávidos. Bortugal, Guiné, Angola e Moçambique "têm tudo a ganhar em unir-se desde que também reconheçam aquilo que os separa". O único sentido progressivo da descolonização é "o progresso simultâneo (político, económico e social) do nosso país e das ex-colónias em apoio mútuo. Nesta perspectiva de relações "a língua adquire um papel privilegiado".

4) — O interesse de Portugal neste parece evidente. Pergunta-se qual o interesse dos povos africanos? M.L. aponta alguns que não serão minoritários.

a) Garantia de apoio militar contra vizinhos informados ou outros agressores hostis;

b) Mediação de conflitos e relações internacionais extremamente interessantes e diversificadas sem ter de as pedir sozinho às duas potências políticas e económicas cujo auxílio costuma implicar hipotecas pesadas;

c) Defesa dos novos Estados contra tendências centrifugas. A esta situação, em que parece muito pouco a brasa à minha sardinha, acrescentamos dois pontos. O primeiro é que as últimas alianças me parecerem, mutatis mutandis, aplicar-se igualmente a Portugal, cujo acesso ao socialismo, se confinado exclusivamente à Europa, e dentro do Tratado de Tordesilhas em vigor, não será certamente pacífico. O segundo sublinha — para uma referência de M.L. na entrevista citada quando diz "Toma-se o Dr. Salvador Allende (a entrevista foi dada nos tempos em que este ainda podia tomar) estar nesta posição". Acrescentarei eu: o que pode impedir ao 25 de Abril, se evoluir num sentido socialista, um destino semelhante ao do Chile, é exactamente esta posição. Porque não tenhamos dúvidas: o

"socialismo sem só país" sendo esse país o Portugal europeu, ou será uma mascarada de socialismo, ou será a mais ou menos médio prazo um Pinochet. E a crescer o mais, que o destino de Angola e Moçambique, a maior prazo, será, pelo menos, bastante vietnamita. E numa ou noutra solução, ninguém que sinceramente se bata pelo socialismo terá qualquer interesse.

Acima frisei a impopularidade que roça uma linha destas, que facilmente alguns rotularão de "spinozismo" de esquerda. Mas se é certo que ela estem do livro e das temas do "nosso general" a dimensão mais visionária e profética, (a celebre "posição impar" o "reassumir o papel de Nação pedagoga e privilegiada aos olhos dos outros e aos nossos próprios", a citação de Toynbee, o combate aos imperialismos, etc.) ela é rigorosamente incompatível com qualquer solução federalista ou de integração numa plen-continentalidade. Como o é com os slogans de "regresso dos soldados já" ou "sem mais um embarque", os quais se em teoria certos, só o poderão estar na prática se estiverem de acordo com os próprios interesses dos movimentos de libertação e das etapas por eles determinadas.

E teremos que voltar a um ponto aludido por Manuel Lucena no último artigo. Gaieté, Angola e Moçambique são frutos da colonização e da guerra. Sem a primeira, mais países não se distinguiam claramente dos restantes estados africanos, sem a segunda, e as condições em que ela decorreu, não estaria elementada essa unidade de populações que hoje lhes confere o inegável direito à independência. Reconhecê-lo é evitar que se cometam novos erros de apreciação, como aquele que no seu livro o General Spínola justificadamente aponta, no caso da Índia. Ora aplicar agora, e à luz de tudo o que foi dito, indistintamente o princípio de autodeterminação é cair de novo no mesmo erro. E no processo histórico certos erros podem ser certos crimes.

Nas conversações que em Londres se realizarão uns e outros têm que estar excluídos.